

13 DEZ 1987

Cabral quer eleição até para governador em 88

Marco Antônio Maurício

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, revelou neste final de semana o seu temor pelo adiamento da votação das alterações do Regimento Interno para janeiro, o que irá atrasar, ainda mais, a promulgação da Constituição. Para Cabral, a nova Carta Magna não será avançada nem retrógrada. Ele defende a realização, no próximo ano, de eleições gerais em todos os níveis, inclusive para Presidente da República e Governador.

Outra preocupação de Cabral — revelada em entrevista exclusiva ao JBr — é a polarização entre esquerda e direita durante discussão das matérias polêmicas em plenário, principalmente o sistema de governo e o mandato do presidente Sarney. Confiante, o relator acredita que apenas 10% do seu projeto poderão ser alterados pelo voto da maioria, e adverte que a Constituição poderá ser retrógrada na hipótese de retirada, do texto constitucional, de dispositivos que favoreçam à classe trabalhadora.

— Como o sr. define o substitutivo ora em votação na Assembleia Nacional Constituinte?

— Eu definiria como plenamente adaptado à realidade brasileira. Ele não é um texto retrógrado, tampouco avançado demais. Poderia até desprezar o rótulo de progressista. Mas, eu o situaria como realista. As tendências da Constituinte, através da composição de seus 559 membros, estão ali fixadas. É claro que ora muito mais à direita, ora à esquerda, mas nitidamente no roteiro que define a vontade da maioria.

— O sr. considera que ele reflete o pensamento médio do brasileiro ou houve vitórias circunstanciais de alguns grupos?

— Nenhum grupo vai impor o seu desejo. Nenhuma facção redigirá o texto constitucional do seu agrado. Isto será o resultado de um consenso, de uma harmonia, de uma união entre os constituintes. Este texto representa a média da sociedade brasileira, porque a composição da Assembleia é exatamente isto. Aqui não há estrelas exponenciais. Assim também não há, em termos analíticos, um constituinte que não esteja à altura de exercer o seu mandato. Todas as áreas, trabalhadores, empresários, médicos, advogados, engenheiros mandaram para cá pessoas identificadas com seus problemas. Se fizemos uma miscigenação de tudo que está aqui dentro, vamos concluir que é a média da população brasileira.

— Como o sr. considera as intenções do "Centrão"? Ele pretende levar para a direita a futura Constituição?

— Eu não tenho restrições ao "Centrão", ou não as teria, se na última quinta-feira não houvesse a evasão do plenário, para não dar quorum. O "Centrão" não precisa disto. O surgimento do "Centrão" foi elogiável. Demonstrou que é preciso haver o equilíbrio, o consenso, a harmonia. O "Centrão" pode ter e tem, sem dúvida, alguns integrantes mais exaltados. Mas sua grande maioria é criteriosa, prima pelo bom-senso, está



O relator afirma que o cargo de presidente da República não está em suas cogitações

aberta ao diálogo, de forma que não considero a sua chegada como um mal. Foi um bem que precisava chegar à Constituinte. Não creio que dele possa resultar um partido de centro, que possa apoiar o Governo, quanto mais levar a Constituinte para a extrema-direita.

— O sr. não teme que o plenário da Constituinte se instale uma polarização entre esquerda e direita, prejudicial ao sereno debate que deveria ocorrer na Constituinte?

— Realmente isto pode acontecer. Esta hipótese não pode ser descartada. Um plenário, qualquer que seja ele, sofre a influência dos que estão na sua assistência, em suas galerias, ora com aplausos, ora com vaias, exarcebando tantas vezes os ânimos. Espero apenas que não haja uma radicalização, a ponto de prejudicar os trabalhos da Constituinte, que já estão atrasados. Neste particular, a grande maioria se imporá de forma in-

“ O texto não é retrógrado, nem avançado demais. Desprezaria até o rótulo de progressista. Mas eu o considero realista ”

cisiva, para que os radicais não tomem conta da Assembleia.

— Como o sr. espera que sejam votados os temas polêmicos do substitutivo (reforma agrária, estabilidade no emprego, 44 horas de trabalho semanais, conceito de empresa nacional, sistema de governo, mandato de Sarney etc)? Eles significarão um avanço social?

— Mais de 90% do texto serão aproveitados e até diria mais: eles serão confirmados. Os 10% restantes são temas que não constavam do meu projeto, foram ali inseridos através de emendas. De todos estes pontos polêmicos, apenas a garantia no emprego lá estava. É sinal de que, apesar do meu parecer e voto contrário, foram confirmados pelos constituintes. Acho que haverá dificuldades de entendimentos em algumas matérias, e serão decididos pelo voto apenas o sistema de governo e a duração do mandato de Sarney. Os demais tópicos, ou a grande maioria derrubará, ou se chegará à união. Na hipótese de derrubarem tudo, nada consignar ao trabalhador e o tema não for remetido sequer para a lei ordinária, eu então considerarei que houve um retrocesso.

— Como o sr. conceitua a proposta daqueles que querem eleições gerais em 1988 (inclusive para Presidente da República)?

— Eu acho que não deveria ser apenas para Presidente da República. Deveriam ser realizadas eleições gerais em 88, para todos os que estão hoje com mandato, permitindo, evidentemente, aos governadores que eles fossem candidatos à reeleição.

— O sr. pode ser um dos candidatos à Presidência da República?

— Não. Eu sempre, desde cedo, aprendi que quem sabe onde quer chegar, escolhe o caminho certo e o jeito próprio de caminhar. O cargo de Presidente da República, com todas as suas honrarias possíveis, sobretudo se for para o sistema parlamentarista de governo (ele perde um pouco a importância) não está nas minhas cogitações. Há muito mais gente na frente...

— O sr. se acha preparado para ocupar esse cargo?

— Isto é outra coisa. Se nós perquirirmos ao longo destes 20 e tantos anos, acho que não seria uma questão de preparo. Eu não iria por este caminho. Acho que não disponho de tanto preparo, que me considere um estadista, mas seria de todo tolo se achasse que pela Presidência da República têm passado pessoas que tenham tido mais preparo do que eu possa eventualmente ter agora.

— Quais as exigências que o sr. faz para um político ter o perfil de um candidato a Presidente da República?

— Sério, honrado, honesto e que estivesse voltado para os interesses coletivos e não para suas

ambições pessoais.

— A crise econômica está, a cada dia que passa, diminuindo o mandato do presidente Sarney?

— O Presidente tem sido injustiçado de um lado, criticado do outro. As críticas, ao meu ver, são procedentes; as injustiças nem sempre deveriam ser enumeradas. Mas eu não tenho nenhuma dúvida em afirmar que o governo Sarney começou a ser amplamente criticado por alguns assessores que estiveram e por outros que ainda se encontram lá. Politicamente, ele tem condições suficientes para ser um bom Presidente da República. Administrativamente, as falhas devem ser creditadas à sua equipe, a quem ele ouve e tantas vezes presta uma obediência que ele não deveria prestar.

— Quais são os principais problemas econômicos do País. E quais seriam as soluções que poderiam ser implantadas a curtíssimo prazo?

— O descontrole da dívida pública (o famoso déficit público), a dívida externa, baixos salários e altos preços, que levam o poder aquisitivo do brasileiro quase ao chão; a grande concentração de riquezas nas mãos de poucos, enquanto a grande maioria passa fome, e sobretudo o grande problema da injustiça social. Prefiro não apontar soluções, até por uma questão ética.

— O sr. concorda com o argumento de alguns políticos de que a crise política é a causadora dos problemas econômicos?

— Não tenho o receio de afirmar que uma faz parte da outra, elas se complementam.

— O sr. teme um retrocesso político que possa trazer os militares de volta ao poder?

— Não. Os militares, sobretudo os que se encontram hoje não só no comando, como no efetivo exercício das tropas, amadureceram nestes 20 anos, e estamos em 1987 e não em 1964. O militar viu que a sua instituição foi maculada, e que não podemos confundir o homem com a instituição. Se militares que exercitaram o poder não procederam corretamente, nem só por isto devemos denegrir a instituição militar. Por esta razão, não tenho nenhum receio de que possa haver um retrocesso, porque os que defendem a instituição, hoje, sabem que não há caminho para colocar as Forças Armadas como guardiãs de um golpe. Eles devem ser, sim, os responsáveis pela democracia.

— O sr. acredita que por detrás do "Centrão" existe um movimento da direita que pretende apresentar Sarney com cinco anos?

— Lembro de provérbio italiano: "Si non è vero, è bene trovato"... Eu tenho também as minhas dúvidas de que se isto não é verdadeiro, o que está por detrás de tudo isto é bem provável que possa ser.

— Qual a análise que o sr. faz do Governo José Sarney?

— Começou bem, tropeçou no meio do caminho e espero que não vá ao chão. E se for, que se reerga, porque no seu soergimento estará se levantando a nação inteira.